

ABREU, Adélio Fernando; AMARAL, Luís Carlos, coord.

*Dos Homens e da Memória. Contributos para a História da Diocese do Porto*

Porto: Centro de Estudos de História Religiosa, Cabido Portucalense, 2018. 287 p. ISBN: 978-972-8361-84-6

PEDRO VILAS BOAS TAVARES

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9676>

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM-UP)

 <http://orcid.org/0000-0001-6716-5625>

1. Último volume (25.º) da já extensa e valiosa coleção de “Estudos de História Religiosa” do CEHR, em edição patrocinada pela FCT e pelo Cabido Portucalense, este livro recolhe alguns dos principais contributos resultantes do Seminário intitulado *Dos Homens e da Memória: os tempos da Diocese do Porto*, uma iniciativa que decorreu ao longo do ano de 2015, distribuída por onze sessões mensais levadas a efeito no Centro Regional do Porto da UCP, conforme formato e prática já aí habituais, sendo que este seminário, ocupando-se de matérias situadas nas épocas moderna e contemporânea, ainda prolonga e se inscreve contextualmente em toda a reflexão científica dinamizada aquando das celebrações dos 900 anos da restauração da Diocese do Porto. Saúda-se, pois, a edição deste livro que, em si e no contexto de onde brota, representa importante marco na organização e sistematização de um plano de conjunto onde, conforme é notório aos mais atentos, se têm vindo a expressar ricos e múltiplos «contributos para a História da Diocese do Porto».

Conforme ao compulsar o volume imediatamente se verifica, pelo cotejo do cartaz divulgado (e inserto à p. 11) com o elenco dos trabalhos constantes do índice final, antecedido de breves notas curriculares dos autores, não temos a reunião completa dos textos de todos os oradores participantes no Seminário de História Religiosa 2015 *Dos Homens e da Memória: os tempos da Diocese do Porto*. De qualquer modo, também a um primeiro relance, fica manifesta a cuidada qualidade do objeto-livro entre mãos e, ao mesmo tempo, a extensa viagem (“itinerários” do século XVI ao século XX) a que, pela mão de “guias”-especialistas, ele convida um leitor medianamente informado, desejoso de testar, aprofundar, consolidar e/ou alargar os seus conhecimentos e reflexão crítica sobre a história e sociologia religiosa de Portugal; de resto, como alguns títulos parecem logo insinuar e os correspondentes textos tratarão de confirmar, nesta abordagem se incluindo ainda forte atenção ao tipo de memória suscitado por relevantes – notórios ou mais discretos – protagonismos eclesiais (iniciativas, movimentos e vivências, pessoais ou corporativas, individuais ou coletivas, institucionais ou difusas) que, de uma forma ou outra, foram deixando marca nos «tempos da diocese portucalense»...

Cronologicamente, os sete estudos oferecidos vão realmente dos tempos da Sé paróquia única da cidade e da sua divisão nos sofridos e reformadores dias do seráfico D. Frei Marcos de Lisboa, no quadro da viragem política da monarquia dual, aos sofridos e reformandos tempos que foram e são estes nossos, marcados pelo impacto da receção/aplicação do Concílio Vaticano II e das viragens políticas em Portugal inauguradas pelo marcelismo e pelo 25 de Abril, pelo que, neste último caso, cumpre contar com autores e leitores simultaneamente “juízes” e protagonistas.

Hugo Ribeiro da Silva fixa a sua atenção no cabido portugalense de finais de seiscentos e de setecentos, nomeadamente reconstituindo importantes vetores funcionais na gestão das redes de relações dos capitulares com outras pessoas, grupos e instituições, nas quais se manifestam previsíveis e significativas questões de carácter jurisdicional e de precedências. José Ferrão Afonso ocupa-se das transformações operadas na Sé do Porto e sua envolvência urbana ao longo de quinhentos, sublinhando, particularmente, as lógicas reformadoras que lhes presidem, com natural destaque para as determinações tridentinas. Luís Alexandre Rodrigues, também no âmbito patrimonial, mas focalizando o seu olhar na escultura retabular e na imaginária da diocese do Porto, «analisou facetas diversas da evolução estilística e da continuidade do gosto pelo quadro em relevo na época moderna», fazendo – ainda nas palavras de *Apresentação* dos organizadores – «pormenorizadas comparações entre várias obras, nomeadamente retábulos e cadeirais, de igrejas do Porto e de outras dioceses, claramente aparentadas do ponto de vista artístico» (p. 8).

Saltando para a época contemporânea, e nesta para o episcopado de D. Américo Ferreira dos Santos Silva (1871-1899), inscrito no quadro do constitucionalismo monárquico português em contraditórios tempos europeus de progresso material, positivismo, contestação, crise social e de valores, Adélio Fernando Abreu faz o leitor mergulhar numa problemática crucial da sociedade e da cultura portuguesa: o estado da formação do clero diocesano. O impacto social do clero é de toda a evidência, e no país continuava por então a contar muito, ainda, o peso dos números. Alegando estatísticas coevas foi-nos recordado por José Augusto-Franca (*O Romantismo em Portugal*, Lisboa, 1993, p. 532), não sem malícia, que em Portugal «em 1864 havia 4108 padres e vigários contra 1987 professores e 458 professoras; em 1873 havia 1816 seminaristas contra 6000 alunos inscritos nos liceus do país»; e que «no mesmo ano consumiu-se perto de um milhão e meio de indulgências...», anotação esta que exigiria um qualquer esboço de remissão contextualizante para a praxe multissecular e para a gestão ministerial das verbas então arrecadadas dos fiéis pela Junta Geral da Bula da Cruzada, pelo que continua adequado acrescentarmos novas *reticências* às da ironia do ilustre ensaísta...

A reorganização eclesial diocesana e as tentativas de garantir, disciplinar e renovar a formação do clero portugalense, ao lado do apoio ao movimento católico laical «que a partir do Porto ganhou dimensão nacional» são, naturalmente, os principais aspetos valorizados por Adélio Fernando Abreu, reconhecido especialista na figura de um antístite que pelo “patriciado” de extração, hierarquia e estatuto social, mas também qualidades humanas, morais e pastorais foi um ilustre «príncipe da Igreja», em tempos difíceis de positivismo e laicismo militantes.

O século XX português, a sociedade e «a nossa história eclesial mais recente» podem ser auscultadas nos estudos que subsequentemente se alinham neste volume, uma vez que algumas «personalidades de exceção» aqui contempladas, são elas e a sua obra (ideais, meio vital e contextos perante os quais responderam), por isso representando um todo de sentido superior às próprias singularidades biográficas, elas próprias, de resto, prenhes de sentido social e coletivo.

Luís Leal, autor de recente tese doutoral na UP em História Contemporânea sobre o Padre Américo Monteiro de Aguiar como «*teólogo da ação*», tenta de novo iluminar,

---

recorrendo a categorias teológicas, o sentido profundo da obra social – de «importância incontornável» – gerada por este sacerdote, cuja continuidade, em muitos, bons e reconhecidos frutos e incompreensíveis (?) diferendos e “desconfianças administrativas”, permanece hoje bem patente.

Pela mão de José Pedro Lopes Angélico, somos convidados a revisitar as *Homilias da Paz* de D. António Ferreira Gomes, «o famoso bispo do Porto» a que se haveria de referir S. João Paulo II, sendo nessas homilias aferido o «alinhamento teológico-conciliar» do discurso do prelado.

Finalmente, ainda na mesma faixa cronológica que nos transporta aos nossos dias, que são os dias dos autores, Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, Manuel António Ribeiro e José Maria Pacheco Gonçalves, encerra-se o volume «com um texto escrito a três mãos sobre duas figuras do clero portugalense que se destacaram como presbíteros e professores do Seminário Maior do Porto (Narciso Rodrigues e Albino Carvalho Moreira), no quadro da receção do II Concílio do Vaticano». Conforme bem sintetizam os organizadores (*Apresentação*, pp. 8-9) «foi possível aos autores desenhar parte do projeto formativo dos seminaristas do Porto e também deixar vários elementos acerca da intervenção social e eclesial dos referidos sacerdotes na sociedade coeva».

2. No estudo de Hugo Ribeiro da Silva, *O conflito como exercício de poder: notas sobre o Cabido da Sé do Porto (1683-1776)*, pp. 15-37, além da clareza expositiva e da solidez das informações, baseadas na segurança das fontes e na análise arquivística do autor, feita em primeira mão e profissionalmente testada noutras suas obras de investigação, como as que anteriormente consagrou aos capitulares da Sé de Coimbra, de Salvador da Bahia ou, genericamente, ao clero catedralício português, cumpre salientar várias virtualidades “metodológicas”: a consideração dos conflitos concretos do cabido portugalense aqui concretamente recenseados (com os bispos, com o clero paroquial e irmandades da cidade) num horizonte interpretativo alargado a todo o Antigo Regime; a valorização historiográfica da luta pela preservação do chamado «capital simbólico», inerente ao estatuto das instituições em litígio, quando ameaçadas na sua consideração social, honra e privilégios.

À história social e das mentalidades interessam vivamente os porquês desse assanhamento protocolar na determinação e reserva de espaços ocupados, nos préstitos, nas tomadas de assento, no uso exclusivo de cadeirais do coro e nas questões de precedência, nomeadamente na consueta entrega do hissope ao bispo à entrada das igrejas por ele visitadas. Apesar de um António Dinis da Cruz e Silva, não eram estas ainda então questões que sugerissem sátira ou fossem consideradas menores, e cumpria harmonizar o cerimonial dos bispos com os particularismos jurídicos da corporação... De resto, *O Discurso Canonico, Apologetico, Historico e Politico* do arcepreste José Pedro Virgulino, por si redigido em 1776 e oferecido ao bispo do Porto D. Frei João Rafael de Mendonça, peça muito oportunamente citada pelo autor (pp. 28-30), é realmente discurso «revelador da imagem que os membros do cabido tinham de si mesmos por pertencerem a esta instituição». Este filho do 4.º Conde de Vale dos Reis, pertinaz reedificador do paço episcopal «desde os fundamentos», era o destinatário natural de um texto que, recorrendo à erudição histórica e canónica, ao exaltar as prerrogativas históricas dos capitulares e a distinção e qualidades dos que pertenciam ao

seu grémio, exaltava a superioridade da própria igreja portugalense, pois que, «em tempo de sé plena», o cabido «formava um só corpo com o bispo, pelo que ofender uma das partes era ofender também a cabeça», e, em tempo de sede vacante, o cabido «possuía toda a jurisdição e poder sobre o mais clero».

Quanto aos atritos bispo/cabido no episcopado de D. João de Sousa (1683-1696), muito sucinta, agradável e proficientemente descritos em breve espaço (16-26), seja-nos permitida aqui a liberdade de sugerir a vantagem do cruzamento das fontes usadas pelo autor, absolutamente incontornáveis e por si inteligentemente exploradas, com outro tipo de fontes informativas e episódios de vida social que, mesmo sendo de *petite histoire*, podem fazer alguma luz sobre o proscénio, onde as grandes personagens selecionadas se mesclam com gente comum, cujos ideais têm por vezes uma expressão picaresca. As fontes inquisitoriais fornecem frequentemente inesperados complementos informativos, tornando-se motivo de novos e profícuos questionamentos.

Este qualificado prelado do Porto, cuja prelazia, depois da recusa da de Miranda, alegadamente aceitou «pelas razões que lhe propôs o Venerável Padre Bartolomeu de Quental», seu diretor de consciência (cf. Agostinho Rebelo da Costa – *Descrição Topografica e Historica da Cidade do Porto*. Porto, 1789, p. 86), trazia consigo para a diocese portugalense um notável *cursus honorum* (depois de se doutorar em cânones e ser colegial de S. Pedro na Universidade de Coimbra, fora sucessivamente arcediogo de Santa Cristina na mitra primaz de Braga, presidente da Relação Eclesiástica de Évora, deputado da Inquisição de Lisboa e sumilher da cortina do príncipe D. Pedro), prestígio estamental e um feitio de rigor, zêlo, suscetibilidades disciplinares e jurisdicionais de que o próprio fundador do Oratório de S. Felipe de Néri em Portugal se temia (cf. Jean Girodon – *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l'Oratoire de Braga*. Paris, 1973, pp. 280 e 423). Mas, consigo, entrava também no Porto, como é evidente, um magnânimo protetor dos Congregados e das suas escolas informais de oração e vida devota, em processo de implantação no seio do laicado pela dinâmica pastoral dos néris. Ora no quadro dessa solicitude episcopal relativa aos caminhos de santificação pela oração mental e contemplação, de acordo com a tradição mística *recogida*, em princípios de 1692 por pouco se conseguiu evitar que uma intervenção inquisitorial «descompusesse a casa do senhor bispo do Porto». D. João de Sousa caíra na imprudência de nela dar acolhimento a António Gonçalves, um sacerdote do Porto, considerado «pio» e de suficientes estudos, e a uma beata, sua dirigida de espírito, por si considerada santa e que havia tirado de um recolhimento. O padre andara já com ela de terra em terra, publicando por papéis seus as virtudes e “revelações” da confessada, a quem sintomaticamente aplicava os lugares dos *Cantares*, tencionando com ela «ir pregar e converter o mundo» (cf. ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Livro 194, fls. 1- 7). Da intervenção do Santo Ofício resultou a conclusão de embuste, a beata foi açoitada publicamente em auto e o padre foi sentenciado a degredo no Algarve, permanecendo doze anos preso. Como é evidente – por isso o evocamos –, o lance ameaçava de perto a credibilidade e honra do antístite, que na sua casa dera crédito e guarida aos penitenciados, pelo que o silêncio das fontes não significa que um facto como este não tenha tido algum impacto na diocese e nos conflitos interclericales. Tanto mais que a ameaça herética, molinosista, já rondava a Congregação do Oratório de Viseu, fazendo com estrondo uma primeira baixa no conhecido padre amarantino António

---

da Fonseca (cf. Pedro Vilas Boas Tavares – *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto, 2005, p. 202).

Referindo-se «ao processo de fortalecimento da autoridade episcopal» pós tridentino, citando uma obra recente, crucial nesse tipo de estudos, e reconhecendo embora (p. 15) uma efetiva «aproximação aos perfis dos antístites portugueses», Hugo Ribeiro da Silva afirma «que continua a ser parcelar o conhecimento sobre a ação e atividade pastoral dos prelados, sendo por isso difícil ter uma visão de conjunto, que permita uma análise comparativa e de longa duração». A ser assim, na longa galeria de contributos desde Fortunato de Almeida a José Pedro Paiva, o *deficit* diagnosticado só pode ser estímulo para novos empreendimentos dos historiadores especializados.

No trabalho integrante deste volume de autoria de José Ferrão Afonso, *A Sé do Porto e a sua envolvente no Século XVI (1499-1606)*, pp. 41-55, revisitamos as grandes obras materiais e urbanísticas desenvolvidas na cidade – não despidas de perceptível espiritualidade e sentido pastoral –, conforme acentuado pelo autor (p. 42) e anotado ao longo da sua exposição, pelos bispos portucalenses de quinhentos. Uma boa síntese crítica sobre o teor das obras de dignificação da Sé e sua envolvente, de acordo com o espírito reformador do humanismo renascentista e os coetâneos e sucessivos anseios de renovação eclesial estão bem expressas no que neste texto se aduz sobre a ação dos bispos D. Diogo de Sousa, D. Frei Baltazar Limpo, D. Rodrigo Pinheiro, D. Simão de Sá Pereira e D. Frei Marcos de Lisboa, e, finalmente, D. Frei Gonçalo de Morais, eloquentemente perpetuado na memória iconográfica oficial dos bispos do Porto como aquele prelado que «*fes a capella Mor e sanchristia da sua Cathedral e outras obras admiráveis*», um ilustre beneditino que a Refojos de Basto, às suas rendas e à reforma universitária de D. Diogo de Murça devia o seu percurso intelectual, uma carreira a considerar em detalhe quando se queira bem avaliar o seu papel na catedral portuense.

Não deixa de ser significativo que, conforme se sublinha neste artigo, Baltazar Limpo, o enérgico bispo carmelita, «precursor da reforma católica e de Trento» e no concílio «primeiro representante português nomeado por D. João III» (p. 44), tenha tido um papel tão «decisivo na cidade quinhentista», que – afinal – é fora de dúvida não se lhe ter afeiçoado tanto como o próprio seguramente esperaria. A provisoriamente da mesa inquisitorial que a cidade não deixou enraizar, é uma impressiva marca dessa dessintonia, marca do *ethos* sócio-cultural do Porto de então e do seu vigoroso patriciado urbano. Como é bem sabido, o seu sucessor, D. Rodrigo Pinheiro, experimentaria essa mesma índole quando os cidadãos e o senado da câmara mostrassem uma rígida relutância à ideia do prelado em favorecer a criação de um colégio da Companhia de Jesus dentro do burgo (cf. José Sebastião da Silva Dias – *A política cultural de D. João III*. Vol. II. Coimbra, 1969, pp. 715-716). Também este prelado, dotado de considerável cultura clássica e talhe cortesão, que veio para o Porto na casa dos setenta anos, no coroamento de um passado de cargos públicos ilustrativo do apreço régio pela sua pessoa, fica ainda a aguardar que a sua ação construtiva e de melhoramentos (pp. 47-50) seja aferida e cotejada com a sua ação mecénica de proteção às letras e de não menos nítido apoio aos instrumentos da reforma católica.

Independentemente dos méritos que ficam ilustrados, o caudal informativo deste trabalho, certamente porque produzido originalmente em formato de conferência e de

síntese, ressentido-se a nosso ver de uma falha que o diminui: a inóxia de notas infra paginiais que permitam ao leitor permanente informação e a habitual “dialética” de controlo das fontes usadas pelo autor ao longo do seu discurso. *Et de nimis...*, neste caso um aparente lapso: o bispo de Osma referido à p. 43 deverá ser D. Pedro da Costa. De resto, a importância deste mesmo prelado para a cidade e, particularmente para a história da arte, não obstante «prolongada ausência» (p. 43), é conhecido, sendo de recordar, entre outros contributos, o importante trabalho de Flório de Vasconcelos, *Subsídios para a biografia de um bispo do Porto do Século XVI*, in *Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna”*, Vol. 2, Porto, 1979, pp. 279-281.

Luís Alexandre Rodrigues, em *Retábulos e imaginária na Diocese do Porto: evolução estilística e persistência do gosto pelo quadro em relevo durante a época Moderna* (pp. 59-108), ilustra «como foi crescente» no Porto «a aceitação e o recurso a painéis historiados em relevo», e como nos contratos retabulares o trabalho de escultura foi sendo «aforado num tipo de estruturas em que a pintura era usualmente dominante» (p. 65), funcionando outrossim a Sé do Porto como normal modelo de referência para as reformas e renovações das igrejas da cidade, algo particularmente evidente – segundo enfatiza – na influência que o retábulo encomendado por D. Frei Gonçalo de Morais para a nova capela mor da catedral desempenhou nos programas retabulares das igrejas congreganistas portuenses, nomeadamente dos Lóios e dos jesuítas.

Creemos pacífico afirmá-lo: do maneirismo ao barroco, do dismantelamento da estrutura seiscentista à nova máquina retabular da Sé do Porto que conhecemos e à qual nos afeiçãoamos (com suas colunas salomónicas e «adopção do formulário joanino»), mostra-nos o autor, guiado por conhecidos e consagrados mestres (Magalhães Basto, Robert Smith, Domingos de Pinho Brandão, Natália Marinho Ferreira Alves), como o simples espaço de uma capela mor ou de um retábulo são síntese e súpula de um amplíssimo universo de débitos e influências artísticas, à escala nacional e europeia, de linguagens e formas de expressão estética de uma comunidade crente, orante, em tenção de procura e de superação, sendo que, invariavelmente, «através da imagem escultórica», estas «realizações artísticas de grande envergadura» afinal sempre se tenham limitado a dar voz e colocar em cena aquelas vivazes correntes de espiritualidade e sentimento religioso «que faziam dos templos o centro da vida e da morte» (p. 108).

Adélio Fernando Abreu, em *O clero portugalense no episcopado do Cardeal D. Américo (1871-1899)* (pp. 109-177) oferece ao leitor uma panorâmica muito clara e precisa do estado da diocese à entrada de D. Américo como bispo do Porto e das grandes linhas de orientação da sua pastoral ao longo do tempo. As cuidadas notas infra paginiais, o rigor factual e terminológico (num tempo em que certos trabalhos académicos chegam a “promover” *post mortem* Frei Manuel de Santa Inês a bispo do Porto!), o conhecimento direto dos arquivos (portugueses, portugalenses e romanos) e a muito cuidada reconstituição do ambiente e estado da formação do clero portugalense, no quadro das condições sociais, políticas e diplomáticas coevas, recomendam este importantíssimo «contributo», que beneficia do reconhecimento público já votado a obra de grande fôlego publicada pelo autor nesta matéria (*D. Américo Ferreira dos Santos Silva (1871-1899): Igreja e Sociedade no Porto no Fim do Século XIX*. Porto, Faculdade de Teologia, 2010).



---

Quantos dados esclarecedores sobre a «ação disciplinadora do prelado», quanto ao dever de residência, encargos pastorais e registo paroquial, como quanto à vida moral dos párocos e aos seus «compromissos políticos»! Com evidências documentais é-nos tornado patente «o ajustamento de D. Américo ao quadro regalista, a sua obediência às leis do Estado e o zelo para que o clero cumprisse os deveres cívicos», mas sem que isso se confundisse «com nenhuma opção político-partidária concreta» ou com a intervenção eleitoral por parte dos párocos, aos quais, como bispo, exortava a que não fossem «senão párocos» (cf. p. 166). Já agora, neste particular domínio, entre exemplos de intervenção política de D. Américo, valeria a pena corrigir o lapso da carta referida na nota 152, que, pela data indicada, se refere ao rei D. Carlos.

Não caberiam neste espaço novas considerações sobre o trajeto formativo de Américo Ferreira dos Santos Silva desde a sua passagem pelo prestigiado e singularíssimo colégio de *Fontenay-aux-Roses*. Ainda assim, pelo alcance das inferências que facultará, seja-nos permitido expressar o voto de que o foco de atenção posto nos estabelecimentos de formação das elites, que não exclusivamente clericais (para quando *v.g.* uma boa monografia sobre o Colégio de Santa Quitéria, Felgueiras?), constitua área privilegiada de reforçado investimento em termos de pesquisa.

Outro autor referido, Luís Leal, em *Padre Américo Monteiro de Aguiar: da Teologia à Obra* (pp. 181-236), revisita, em termos de investigação própria já realizada e *in fieri*, e – como não o reconhecer? – neste novo e promissor «breve périplo histórico-teológico», a personalidade, ação e espiritualidade do admirável e admirado «padre da rua» fundador da «Casa do Gaiato», o qual, conforme aqui facilmente se evidencia (sem quaisquer tons nem necessidades apologéticas), marcou e continua a marcar, pela doutrina e exemplar coerência de vida e outrossim pelo legado e pervivência *post-mortem* da sua obra, o tecido social da igreja e da sociedade portuguesa contemporâneas.

Da evocação da obra material assistencial e da obra escrita do Padre Américo o autor passa à consideração das «linhas hermenêuticas» que permitam a análise genética e interpretativa do «pensamento-obra» deste sacerdote. Os estudos do Padre Américo em Coimbra, o teor dos *curricula* e dos compêndios então usados no Seminário, a «efervescência neotomista» vivida ao completar os seus estudos teológicos, as suas admirações pessoais e intelectuais pelos mestres e académicos dessa altura (pp. 193-197), e/ou as manifestações documentáveis da sua inscrição ou não nas correntes de espiritualidade do seu tempo (pp. 197-207) são duas linhas interpretativas percorridas proficientemente por Luís Leal. O tema dos pobres e a «resposta-ação personalizada» do Padre Américo à questão social da pobreza, chaves de leitura do sentido da sua obra, bem como a «teologia da Encarnação» como «forma de conceção do essencial do mistério cristão (na relação Jesus Cristo – Igreja)» são “capítulos” particularmente esclarecedores e significativos deste trabalho, tanto mais que nos dão a conhecer as simpatias e admirações apostólicas e pastorais coevas do biografado (cf. pp. 213-215). Tudo o que lemos nos leva a facilmente convergirmos nos dois autorizados depoimentos (de José da Rocha Ramos e António Baltasar Marcelino) cuja «validade» corrobora o autor, quase a concluir o seu trabalho: muito simplesmente – afinal – aceitando ver no Padre Américo «um precursor do Vaticano II».

Já quanto ao brevíssimo “apartado” 2.3.1 sobre as «primeiras respostas» aos novos problemas das classes trabalhadoras (mencionando-se aí o socialismo marxista mas omitindo-se o papel das correntes “catedráticas” e “utópicas”), temos dúvidas sobre a valia significativa da interrogação formulada relativamente ao tempo do «despertar» da Igreja, já que as correntes do liberalismo católico, sobretudo desde o congresso de Malines (1863), parecem indiciar mais precoce sensibilidade, e o catolicismo social em Portugal tem marcas concretas e conhecidas em iniciativas e instituições de inícios da década seguinte, sendo outrossim claro que a Igreja, em termos institucionais e pastorais/operativos/vivenciais nunca esteve alheada da «assistência social». Quanto a 1910, quanto à referência feita à Primeira República (que, em «República Velha», na lei eleitoral de 3 de julho de 1913 excluía «vadios», «indigentes» e internados em estabelecimentos de caridade do direito de sufrágio, regime bem divorciado do «povo trabalhador» urbano, seu aliado instrumental no 5 de outubro, e fortemente hostil às lutas sindicais e associações de classe desse mesmo povo), exceção feita à legislação de proteção ao trabalho e segurança social de 1919-1920 (a que certamente alude o autor), não vemos, muito francamente – com corroboração da própria experiência de reflexão e ação social de Américo Monteiro de Aguiar... – que dela se possa verbalizar, em bom rigor, ter assumido a «recuperação» da ideia das responsabilidades do estado «na tarefa de prover a assistência social» (p. 210). Uma andorinha, tardia, mesmo significativa, não faz a Primavera...

A partir de uma simples alusão inicial, voltemo-nos agora para expectável horizonte de considerações analíticas – o próprio “género” recensão crítica o impõe – em nós suscitadas pelo trabalho de Pedro Lopes Angélico, *Guerra colonial portuguesa, eclesiologia conciliar e teologia política. Para uma leitura das Homilias da Paz de Dom António Ferreira Gomes* (pp. 237-257).

O teólogo que nesta matéria discorre (seja lembrado entre parêntesis) não o faz pela primeira vez. Em 2016 publicou *The Portuguese Colonial War (1961-1974) and a Political Theology of Peace. A theological reading of the Homilies of Peace (1970-1974) by Mgr. António Ferreira Gomes*, in *Images of Europe – Past, Present, Future. International Society for the Study of European Ideas 2014 Conference Proceedings*, Porto, Universidade Católica Editora, pp. 1051-1059.

O ponto de partida do autor é aqui o dos significados de «teologia política» segundo Merio Scattola, «uma lógica triangular» que – naturalmente – «repousa, para o académico italiano, sobre a teologia paulina» (p. 241). Pouco adiante, recuando aos influxos do romantismo e da escola de Tubingen, uma outra natural admiração se reitera, desta feita perante a obra de Johann Adam Möhler, realmente «um verdadeiro precursor da eclesiologia patrocinada pelos documentos conciliares», a quem teria ficado a dever-se «a analogia da Igreja enquanto *incarnação continuada*» (p. 239).

Não entrando em considerações conceptuais e em análises hermenêuticas que nos transcendem, temos, ainda assim, do ponto de vista da formulação das ideias, algumas dúvidas sobre a atualidade, base contextual, justeza e “produtividade” das apreciações historiográficas, ciclicamente tópicas, aqui assumidas e vertidas sobre a “pedra de tropeço” constituída por Constantino, seu significado eclesial, bem como o do *Louvor* a si feito por Eusébio de Cesareia. Atrevendo-nos ainda a pensar alto: entre tantos sinais eloquentes de que «a teologia da política imperial» não terá sempre e necessariamente engendrado «a



---

política da teologia da cristandade», no quadro da qual – alegadamente – «à custa da insegurança e do medo, a única reflexão era apologética, defensiva e polémica», não bastará, por exemplo, evocar, para a época moderna, alguns notáveis nomes de teólogos do próprio imperador Carlos V ou de Filipe seu filho, como Agustín de Cazalla, Juan Gil ou Constantino Ponce (católicos ou reformados que eles tenham sido?); lembrar abundantes textos dos autores da chamada «*philosophia Christi*», com relevo para Erasmo e Thomas More, tão ciosos da definição da igreja como corpo místico, bem como das consequências práticas, eclesiais e sociais, da metáfora evangélica da videira e dos ramos (João 15, 1-10)? E, para os tempos contemporâneos, além dos chamados teólogos da escola de Roma, professores da Universidade Gregoriana, não cumpriria lembrar o teor do esquema dos quinze capítulos propostos à reflexão eclesiológica dos padres conciliares do Vaticano I, abrindo por um capítulo expressamente consagrado à natureza da Igreja como corpo místico de Cristo? Mas, muito perto de nós e do Vaticano II, poderemos até evocar a extraordinária dupla Jacques e Raissa Maritain; tudo nomes nos quais, *mutatis mutandis*, se antecipam – afinal – importantes vetores e tónicas teândricas e pneumatológicas que serão evidenciadas na eclesiologia do segundo concílio do Vaticano. Se neste texto se sublinham afirmações pacíficas, como «a irrenunciável dimensão política do cristianismo», sem que «nenhum sistema ou regime» signifiquem «a concretização acabada» e definitiva da mensagem de Jesus de Nazaré (p. 243), importa ao mesmo tempo reconhecer que movimentos políticos há, no nosso tempo, que invocam ou buscam inspiração e justificação teológicas, mas apenas para colocarem no poder ou nele consolidarem “imperadores” desprovidos de fé e máquinas estatolátricas inimigas dos valores cristãos..., como é patente nalgumas formas e concretizações efetivas da referida «teologia da libertação em ambiente latino americano», ou como subjazia nas antinomias propostas pelos «cristãos pelo socialismo», realidade frequentemente deplorada por D. António Ferreira Gomes, cujas homílias aqui se revisitam.

Em termos de linguagem seja-nos lícito reparar que o autor prefira referir-se à «Igreja da Contrarreforma *que se arrastou até às portas do II Concílio do Vaticano*» (itálico nosso), quando, pelo menos com não menos verdade, poderia falar da Igreja da surpreendente e gigantesca reforma tridentina, afinal vivaz até aos nossos dias e presente, também ela – naturalmente – à própria reforma (e não «revolução») do II Concílio do Vaticano. Nestas questões de linguagem cada autor usa a sua liberdade e gosto, sendo que, em matérias de opinião e apreciação subjetiva, mais fortes quanto mais contemporâneas ou coevas de quem sobre elas escreve, sobretudo se uma sensibilidade ideológica permanece viva, plural e sujeita a estados de opinião (pública e publicada), parece de boa norma evitar eventuais suscetibilidades pelo recurso à terminologia dos próprios protagonistas cujo pensamento se estuda. A ser assim, como a «guerra colonial portuguesa» não é designação que encontremos nos textos coevos de D. António Ferreira Gomes e dos bispos portugueses dos anos de 1970-1974 aqui considerados, outra designação a substituiria («guerra no ultramar português, «guerra nos territórios ultramarinos», como apesar de flutuações se lê ainda em *O catolicismo português no século XX: da separação à democracia*, de autoria de Paulo F. de Oliveira Fontes, vol. 3 da *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 270), sendo certo que sempre se podia objetar que havia então (como de facto havia) uma linguagem oficial intransponível. A nossa sensibilidade à parte, admitimos todavia, sem qualquer dificuldade, a soberania das

opções autorais. Já mais dificuldade temos em ver simultaneamente circunscrita a abordagem das *Homilias da Paz* exclusivamente à questão da problemática político-militar, do lado português, e apenas aos referidos anos, sabendo nós que a denúncia episcopal não deixou de lado a questão da paz, da justiça e dos direitos humanos no atribulado processo de descolonização e nos regimes de poder em construção nos novos estados. Acusar sobranceiramente a generalidade da hierarquia eclesiástica de então de «pretensões de imperialismo balofo», «presunção patriótica irrealista», de passar ao lado de conhecimentos, valores e ensinamentos magisteriais invocados pelo autor (pp. 251-252), ou, em nome de hipotética neurose de um inconsciente coletivo (p. 250), olhar e julgar com ligeireza o esforço de tantos portugueses acreditando e sacrificando-se pela ideia de uma nação pluricontinental e multirracial, sonho bem anterior ao próprio Estado Novo e ao democrático Norton de Matos, é que já não nos parece atitude aceitável, por razões óbvias. Num outro ponto, razões morais se mesclam ainda com obrigatório reparo, neste caso a breve mas infelizmente “habitual” referência feita ao Patriarca das Índias Orientais (p. 251). É que, de D. Manuel da Costa Nunes, personalidade marcante da nossa história contemporânea (cf. *v.g.* Susan Goulart Costa, – D. José da Costa Nunes (1880-1976): um cardeal no Oriente. *Lusitania Sacra*. 19-20 (2007-2008) 261-288, a cuja personalidade e caráter, além de obra pastoral e missionária realizada, tanta gente insuspeita prestou testemunho de grande admiração pessoal, há muito se publicou um impressionante documento, por si assinado em 5 de agosto de 1970, testemunho de consciência que reforça a ideia de ter usado inteireza de intenções e conduta no conselho dado a D. António Ferreira Gomes para passar fora do país as suas férias (o que efetivamente o levaria a deixar o país em 24 de julho de 1959), uma vez que o purpurado se limitava a seguir «instruções precisas recebidas do Vaticano» (cf. António Teixeira Fernandes – *Igreja e Estado. À volta do contraditório bispo do Porto*. Porto: Estratégias Criativas, pp. 32-35) e não supunha os sucessos posteriores. Quanto à questão – ainda – do serviço dos capelães militares, concordatariamente previsto, e das «virtudes militares» (pp. 253-254), a ser tratada, deveria sê-lo com o sentido de complexidade de que a matéria se reveste, até porque do próprio D. António Ferreira Gomes há outro tipo de tomadas de posição sobre a matéria e, em juízo crítico de apreciação, deveria também contar outro tipo de documentos oriundos do clero, nomeadamente suscitados pela homilia da paz de 1972. Neste particular, sem que seja necessário subscrever os pressupostos, gosto e conclusões do autor, e uma vez que não há índices de livros proibidos em investigação, permitimo-nos remeter para o luminoso exemplo de uma carta a D. António Ferreira Gomes subscrita pelo capelão militar Padre António José da Silva, publicada no citado livro de António Teixeira Fernandes (pp. 113-116).

Há hoje consolidada *Reflexão sobre o percurso duma vida*, relativa ao testemunho episcopal e teológico de D. António Ferreira Gomes. Evocamos, de entre vários, este título de Arnaldo de Pinho («Humanística e Teologia», 2006, 21), querendo com isso evocar toda a sua reconhecida obra, bem como marcantes contributos, nomeadamente os saídos do labor de Manuel Pinho Ferreira e Manuel Linda (autores – naturalmente – citados por José Pedro Lopes Angélico), mas também de Emanuel de Pinho Brandão, cuja tese de doutoramento, consagrada ao *Pensamento e ação pastoral de D. António Ferreira Gomes (1969-1982)* foi recentemente editada pela Fundação Spes. Este facto mais deve facilitar e valorizar uma releitura ampla e não entrincheirada dos documentos da autoria e responsabilidade de D. António

---

Ferreira Gomes, cuja razoabilidade, racionalidade e lealdade ética com os seus interlocutores, se afere do próprio *Pró-Memória* para a entrevista frustrada com o Doutor Salazar, datado de 13 de julho de 1958. Ao Presidente do Conselho, cuja benevolência bem podia ter ficado captada com o reconhecimento expressivo do papel e grandeza da obra por si já consumada (cf. António Ferreira Gomes – *Provas. A outra face da situação e dos factos do caso do Bispo do Porto*. Porto: Fundação Spes, 2008, v.g. pp. 30 e 36), assinalam-se os «êxitos evidentes da política internacional e ultramarina», embora, ao mesmo tempo, é certo, se advertindo para «um financismo à *outrance*», constituindo, em termos de princípios, uma *corruptio optimi pessima*, algo que se refletia numa «política social» a discutir, privadamente, por carecida de urgente retificação. Nesse texto admirável talvez não tenha sido ainda suficientemente valorizada a componente de leal desejo de cooperação. Desgraçadamente, o grau de verdade e franqueza irritaria o governante, pouco habituado a restrições críticas frontais, mesmo se quem lhas fazia declarava como objetivos a neutralização do perigo comunista (p. 39) e que a Igreja não se perdesse na alma do povo e, com ela, a nação (p. 43).

A beleza com que termina este trabalho, com o qual aqui dialogamos, é a do regresso do texto aos fundamentos – para o bispo do Porto – da «Carta Magna da Paz»: o Evangelho e o Sermão da Montanha. Uma utopia a tornar «de facto realizável» (p. 256), algo (e é o mais importante) em que a nossa sintonia com o autor, e de ambos com o espírito então impulsionando o desassombrado prelado, é total. Assim queiramos todos convergir com ele, *hic et nunc*, nos tópicos do «direito da Igreja em matérias sociais», do seu «magistério na fé e nos costumes» e da sua intervenção como «intérprete autorizada do direito natural e suas aplicações», dispondo-nos outrossim a recusar a uma qualquer maioria o direito de definir o bem e o mal contra princípios base desse direito natural (cf. v.g. António Ferreira Gomes, *Provas...*, p. 183).

Proferido «a três vozes», escrito «a três mãos», o trabalho de Arlindo Magalhães da Cunha, Manuel António Ribeiro e José Maria Pacheco Gonçalves, *Diálogo e Encarnação: duas figuras da Igreja do Porto (Narciso Rodrigues e Albino Moreira)*, é um contributo muito original e muitíssimo significativo sobre o enquadramento teológico-ecclesiológico no qual se entende ganharem adequada expressão o perfil e o trajeto aqui traçados de duas grandes personalidades que muito marcaram a diocese e o Seminário Maior do Porto, apesar de, aparentemente, algo tanto esquecidas. Este trabalho pressupõe, com vantagens acrescidas, o conhecimento pessoal, admiração e débito formativo dos autores por Narciso Rodrigues e Albino Moreira, que tendo coincidido «debaixo das mesmas telhas», as do Seminário Maior, «foram formadores de uma mesma geração de presbíteros, a dos coevos do Concílio Vaticano II e do tempo imediatamente seguinte» (p. 265). Este trabalho implica, deste modo, uma primeira e breve oportunidade de evocação de todo um universo de presbíteros, obras e movimentos implicados no movimento de *aggiornamento* eclesial, perspetivado desde um ângulo portugalense e, neste quadro, pelas referências aqui deixadas, implicará também uma oportuna e necessária reapreciação histórica do papel de D. Florentino de Andrade e Silva, Administrador Apostólico, na rica fermentação das experiências suscitadas na diocese pelo ambiente conciliar. As tensões diocesanas havidas entre alguns agentes pastorais reclamando-se do espírito conciliar e as diretrizes de D. António Ferreira Gomes, regressado à sua diocese, e interpretando magistralmente o sentido das ilações e aplicações

práticas extraídas do mesmo concílio, são aqui revisitadas, com altíssimo proveito testemunhal e de acréscimo de informação à comunidade científica, crendo nós, todavia, que algo se perde por essas tensões terem ficado quase só aludidas, porventura pelo pudor de esboço de juízos, havendo envolvimento pessoal de alguns dos autores nessas situações. Talvez um dia haja lugar a ver-se a retoma desse trabalho de reconstituição, análise crítica e discernimento eclesial, nomeadamente a partir das tensões vividas nessa grande instituição Seminário Maior do Porto, passado o «período de grande abertura» (classificativo genérico a supor ulteriores informações de detalhe), após a saída do Dr. Albino Moreira como reitor.

Pelo que fica insinuado e escrito nesta recensão, não sofrerá dúvida de que desejamos juntar a nossa palavra ao reconhecimento então expresso, por quem de direito e com plena justiça, aos organizadores do *Seminário de História Religiosa 2015* que esteve na base da presente obra, em simultâneo felicitando, vivamente, os coordenadores e editores deste volume, último duma já extensa e prestigiada coleção.

MONTERO GARCIA, Feliciano; DE LA CUEVA MERINO, Julio; LOUZA O VILLAR, Joseba (ed.)


*La historia religiosa de la España contemporánea: Balance y perspectivas.*

Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2017. 607 p. ISBN: 978-84-16978-47-2

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9677>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

 <https://orcid.org/0000-0001-9156-4378>

O volume resulta de um encontro internacional, ocorrido em Alcalá de Henares, em abril de 2015. A intenção clara de realizar um balanço historiográfico dos primeiros 15 anos do século XXI e apresentar linhas de investigação para o futuro tem neste livro realização eficaz.

Sob a direção do professor catedrático emérito de História contemporânea da Universidad de Alcalá, Feliciano Montero, coordenador de diversos projetos e, desde 2002, animador de um grupo de estudiosos sobre o conflito catolicismo-laicismo na Espanha do século XX, se foi desenvolvendo, com persistência, o estudo alargado da história religiosa, que antecedeu o Congresso levado a cabo em 2015. Se teve este antecedente, mereceu também um fruto, pois nasceu em 2016, após a experiência do Encontro, a *Asociación Española de Historia Religiosa Contemporánea* (AEHRC), orientada por “espírito aconfessional, académico, plural, tolerante e inclusivo”, com o objetivo de “relacionar, coordenar, fomentar e